

# NEOENERGIA ALTO PARANAÍBA TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ nº 28.438.777/0001-51 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

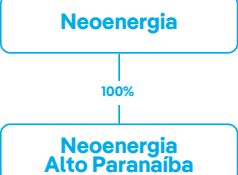
Prezados Acionistas,  
Ao apresentar os resultados de 2025, a Neoenergia Alto Paranaíba Transmissão de Energia Elétrica S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

#### 1. A NEOENERGIA ALTO PARANAÍBA TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

A Neoenergia Alto Paranaíba Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentro outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

#### 1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



### 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 30 de junho de 2022, a Companhia venceu o leilão ANEEL 01/2022 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes subestações de transmissão: instalação de transmissão localizada no estado de Minas Gerais e São Paulo, compostas pela Linha de transmissão LT 500 kV Arinos 2 - Paracatu 4, LT 500 kV Paracatu 4 - Nova Ponte 3, LT 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2, LT 440 kV Araraquara 2 - Araraquara 2, LT 500 kV Nova Ponte 3 e a LT 500 kV Itumbiara - Nova Ponte, interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

#### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
<b>Recicla operacional líquida</b>	<b>3</b>	<b>2.771.018</b>	<b>2.782.223</b>
<b>Custos</b>		<b>(1.843.869)</b>	<b>(2.215.205)</b>
Custos de construção	4	(1.839.035)	(2.215.599)
Custos dos serviços	5	(4.834)	(1.606)
<b>Lucro bruto</b>		<b>927.149</b>	<b>569.018</b>
Perda de crédito esperada	9.2	(79)	(18)
Outras despesas gerais e administrativas	5	(1.738)	(1.845)
<b>Lucro operacional</b>		<b>925.332</b>	<b>567.155</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>6</b>	<b>(253.966)</b>	<b>(119.177)</b>
Receitas financeiras		10.855	68.793
Despesas financeiras		(258.723)	(160.652)
Outros resultados financeiros, líquidos		(6.098)	(27.318)
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>671.366</b>	<b>447.978</b>
<b>Tributos sobre o Lucro</b>	<b>7.1.1</b>	<b>(170.322)</b>	<b>(152.305)</b>
Diferido		(170.322)	(152.305)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>501.044</b>	<b>295.673</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

#### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>501.044</b>	<b>295.673</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>		
Hedge de fluxo de caixa	(139)	2.032
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	-	(691)
<b>Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado</b>	<b>(139)</b>	<b>1.341</b>
<b>Itens que serão reclassificados para o resultado:</b>		
Hedge de fluxo de caixa	(8.180)	(4.113)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	2.829	1.398
<b>Total dos itens que serão reclassificados para o resultado</b>	<b>(5.351)</b>	<b>(2.715)</b>
<b>Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos</b>	<b>(5.490)</b>	<b>(1.373)</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>495.554</b>	<b>294.300</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>16.1</b>	<b>730.401</b>	<b>895</b>	<b>16.322</b>	<b>232.578</b>	<b>77.526</b>	<b>-</b>	<b>1.057.722</b>
Aumento de capital		1.025.600	-	-	-	-	1.025.600	2.053.322
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	501.044	501.044
Aprovação de dividendos adicionais	16.2	-	-	-	-	(77.526)	-	(77.526)
Outros resultados abrangentes	16.3	-	(5.492)	-	-	-	-	(5.492)
<b>Destinação do lucro líquido:</b>								
Constituição de reservas de lucros	16.2	-	-	25.052	-	343.573	(348.625)	-
Remuneração aos acionistas	16.2	-	-	-	-	-	(132.419)	(132.419)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>17.566.001</b>	<b>(4.597)</b>	<b>41.374</b>	<b>232.578</b>	<b>343.573</b>	<b>-</b>	<b>2.368.922</b>	<b>2.368.922</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>170.601</b>	<b>2.268</b>	<b>1.538</b>	<b>21.911</b>	<b>7.304</b>	<b>-</b>	<b>203.622</b>	<b>203.622</b>
Aumento de capital	16.1	559.800	-	-	-	-	559.800	1.113.422
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	295.673	295.673
Outros resultados abrangentes	16.3	-	(1.373)	-	-	-	-	(1.373)
<b>Destinação do lucro líquido:</b>								
Constituição de reservas de lucros	16.2	-	-	14.784	210.667	70.222	(225.673)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>730.401</b>	<b>895</b>	<b>16.322</b>	<b>232.578</b>	<b>77.526</b>	<b>-</b>	<b>1.057.722</b>	<b>1.057.722</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Alto Paranaíba Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. A Companhia possui sua sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Em 30 de junho de 2022, a Companhia venceu o leilão ANEEL 01/2022 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes subestações de transmissão: instalação de transmissão localizada no estado de Minas Gerais e São Paulo, compostas pela Linha de transmissão LT 500 kV Arinos 2 - Paracatu 4, LT 500 kV Paracatu 4 - Nova Ponte 3, LT 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2, LT 440 kV Araraquara 2 - Araraquara 2, LT 500 kV Nova Ponte 3 e a LT 500 kV Itumbiara - Nova Ponte, interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Companhia iniciou parcialmente sua operação comercial em 31 de outubro de 2024, começando a partir de então o fluxo financeiro de entrada da RAP. A Receita Anual Permissiva (RAP) para o ciclo 2025/2026 é de R\$ 432.274 (2024: R\$ 432.274) e R\$ 432.274 (2025: R\$ 432.274), respectivamente. O prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 30 de setembro de 2022. A Companhia apresentou fluxo de caixa operacional negativo em 2025 e 2024. Diante disso, a Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses. Caso necessário, os acionistas poderão ser convocados para realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. **1.1 Gestão de riscos:** As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais a Companhia está sujeita e que devem ser gerenciados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Finanças, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. **1.1.1 Riscos Financeiros e Mercado:** As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites de risco estabelecidos para cada negócio, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação das operações envolvendo derivativos é realizada por alguém competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: "Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge"; "O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor"; "Instrumentos não-divida com desdobros sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial"; "Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações"; "A contratação de derivativos e dedicação única e exclusivamente para fins de hedge, assim como não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'. A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e operações das variáveis de mercado, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de swap e a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes às projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das Diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito. **Risco de taxa de câmbio:** A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem o fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2025, operações de hedge cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de hedge cambial estão descritas na nota 18.7. **Risco de taxa de juros e índices de preços:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, TLP, SOFR, IPCA e ISIP-V), dentre outros. O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros diários, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente o mercado de juros, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pelo negócio busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monito-

### 3. ATIVOS DE TRANSMISSÃO

#### 3.1. Linhas de transmissão

Linhas de Transmissão - Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade de Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 kV Arinos 2 - Paracatu 4 C1 / C2	Duplo	500	412		30/07/2025	
LT 500 kV Paracatu 4 - Nova Ponte	Duplo	500	537		30/09/2025	
LT 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2 C1 / C2	Duplo	500	592	N/A	30/09/2025	30/09/2052
LT 440 kV Araraquara - Araraquara 2	Simples	400	12		31/10/2024	
Secionamento da LT 500 kV Itumbiara - Nova Ponte - C1 na SE Nova Ponte 3	Duplo	500	43		30/09/2025	

#### 3.2. Subestação

Subestação - Características Físicas					
Subestação	Tensão (kV)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga		
SE 500 kV Nova Ponte 3	500	30/09/2025	30/09/2052		
SE 440 kV Araraquara	440	31/10/2024	30/09/2052		
SE 440 kV Araraquara 2	500 / 440	31/10/2024	30/09/2052		
SE 500 kV Arinos 2	500	30/07/2025	30/09/2052		
SE 500 kV Paracatu 4	500	30/07/2025	30/09/2052		

### 4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permissiva (RAP) para o ciclo 2025/2026 é de R\$432.274 mil, corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão.

#### Linhas de Transmissão e Subestações em construção - Características Financeiras

Linha de Transmissão/Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degradação RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT 500 kV Arinos 2 - Paracatu 4 C1 / C2					
LT 500 kV Paracatu 4 - Nova Ponte 3 C1 / C2					
LT 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2 C1 / C2					
LT 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2 C3	100%	432.274	2028	Junho	IPCA
Secionamento da LT 500 kV Itumbiara - Nova Ponte - C1 na SE Nova Ponte 3					
SE 500 kV Nova Ponte 3					

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

#### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Fluxo líquido do exercício</b>	<b>501.044</b>	<b>295.673</b>
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	334	917
Tributos sobre o lucro	170.322	152.305
Resultado financeiro, líquido	253.966	119.177
<b>Variação no capital de giro:</b>		
Contas a receber de clientes e outros	(19.859)	(1.030)
Concessão Serviço Público (Ativos financeiros e contratuais)	(2.902.379)	(2.815.053)
Fornecedores e contas a pagar no exercício	51.964	(85.337)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(25)	2.047
Outros tributos a recuperar (recoher) e encargos setoriais, líquidos	280.272	252.155
Provisões, liquidadas dos depósitos judiciais	(63.000)	(290.182)
Outros ativos e passivos, líquidos	355.457	(38.313)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>(1.371.900)</b>	<b>(2.409.248)</b>
Encargos de dívidas pagas	(1.829)	(50.842)
Instrumentos derivativos (pagos) recebidos, líquidos	692	(28.894)
Rendimento de aplicação financeira	11.549	72.149
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>(1.361.488)</b>	<b>(2.396.855)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	(6.354)	(1.977)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(5.870)	-
<b>Caixa consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>(12.224)</b>	<b>(1.977)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	405.000	2.100.000
Pagamento dos custos de captação	-	(85.354)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	-	(631.710)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	8.710	559.800
Aumento de capital	1.025.600	559.800
Mútuos recebidos	30.729	-
<b>Caixa gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>1.461.329</b>	<b>2.024.446</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>87.617</b>	<b>(374.386)</b>
Outras alterações de caixa e equivalentes de caixa	227.599	159.982
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>227.599</b>	<b>159.982</b>
<b>Transações que não envolvem caixa:</b>		
Juros e encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	-	(54)
Adição e atualização de provisões capitalizadas	99.516	249.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

mento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país, além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por falta de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (veja nota 12.3). **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, quando impacta na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez. **1.1.2 Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras e econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou "não performance" de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento contínuo da situação de cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

NEOENERGIA ALTO PARANAÍBA TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2025	2024
Pessoal e benefícios a empregos (nota 5.1)	(5.033)	(13.046)
Serviços de terceiros	(1.658)	(3.311)
Depreciação e amortização	(12)	(322)
Impostos, taxas e contribuições	(19)	(334)
Outras receitas e despesas, líquidas <sup>1)</sup>	(119)	963
<b>Total</b>	<b>(8.839,035)</b>	<b>(2.211,599)</b>

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2025	2024
<b>Custos de operação</b>	<b>(4.834)</b>	<b>(1.738)</b>
<b>Outras receitas (despesas) gerais e administrativas</b>	<b>(1.738)</b>	<b>(6.572)</b>
<b>Total</b>	<b>(6.572)</b>	<b>(8.310)</b>

	2025	2024
Pessoal e benefícios a empregos (nota 5.1)	(1.406)	(1.589)
Serviços de terceiros	(60)	(206)
Depreciação e amortização	(12)	(322)
Impostos, taxas e contribuições	(2)	(6)
Outras receitas e despesas, líquidas <sup>1)</sup>	(138)	160
<b>Total</b>	<b>(1.606)</b>	<b>(1.845)</b>

(1) Constituído, basicamente, por materiais diversos, arrendamentos, viagens a serviço e seguros

5.1. Pessoal e benefícios a empregos

	2025	2024
Remunerações	(6.712)	(4.829)
Encargos sociais	(2.845)	(2.336)
Auxílio alimentação	(56)	(413)
Convênio assistencial e outros benefícios	(61)	(435)
Despesas	(416)	(146)
Provisão para férias e 13º salário	(1.582)	(1.520)
Plano de saúde	(860)	(552)
Participação nos resultados	(869)	(1.110)
(-) Transferências para ordens	9.717	8.463
Outros	(133)	(172)
<b>Total</b>	<b>(4.872)</b>	<b>(2.995)</b>

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
<b>Recitas Financeiras</b>	<b>11.549</b>	<b>72.149</b>
Ganhos com aplicações financeiras	(11.549)	(72.149)
(-) Tributos sobre recita financeira	(696)	(3.356)
Outras receitas financeiras	2	-
<b>Total</b>	<b>10.855</b>	<b>68.793</b>

	2025	2024
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(254.862)</b>	<b>(159.952)</b>
Encargos sobre instrumentos de dívida <sup>1)</sup>	(790)	(37)
IOF	(1.540)	(663)
Encargos sobre mútuo	(1.531)	(160,652)
Outras despesas financeiras	(251,001)	(160,652)

	2025	2024
<b>Outros resultados financeiros, líquidos</b>	<b>(16,098)</b>	<b>(27,318)</b>
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	(7,623)	(108,071)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	233	37,246
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(1,682)	(44,339)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	10,568	97,920
Perdas com variações cambiais e monetárias	(1,020)	(97)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	3,426	22
<b>Total</b>	<b>(6,098)</b>	<b>(27,318)</b>

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (CDI e IPCA) e amortização de custos de captação.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

**7.1 Tributos sobre o lucro:** Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 50% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>671,566</b>	<b>447,978</b>
<b>Tributos sobre o lucro antes da legislação - 34%</b>	<b>(228,264)</b>	<b>(152,313)</b>
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	56,780	8
Atualização SELIC inadidos tributários	1,162	8
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>(170,322)</b>	<b>(152,305)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>(170,322)</b>	<b>(152,305)</b>

**7.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2025	2024
<b>Prejuízo fiscal (inclui base negativa)</b>	<b>183,407</b>	<b>41,928</b>
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>279</b>	<b>309</b>
Provisão para participação nos lucros e resultados	(522,629)	(210,395)
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	2,905	(387)
<b>Total</b>	<b>(336,038)</b>	<b>(168,545)</b>

Passivo não circulante (336,038)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	2025	2024
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(168,545)</b>	<b>(168,545)</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	(170,322)	2,827
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(338,867)</b>	<b>(165,718)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(16,948)</b>	<b>(152,305)</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	708	708
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(168,545)</b>	<b>(168,545)</b>

**7.1.3 Tributos correntes ativos e passivos:**

	2025	2024
IRPJ	27,919	26,302
CSLL	4	-
<b>Ativo</b>	<b>27,923</b>	<b>26,302</b>
Circulante	27,923	26,302

**7.1.4 Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material:** Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como os prejuízos fiscais apurados Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre os cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômicos, comerciais e tributários, e estão sujeitos a alterações. A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento ou que seja realizado ajustes após o fechamento do exercício.

**7.2 Outros tributos: 7.2.1 Outros tributos a recuperar:**

	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	942	2.984
<b>Outros tributos a recuperar</b>	<b>942</b>	<b>2.984</b>

**7.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher:**

	2025	2024
Outros tributos indiretos <sup>1)</sup>	587,976	308,364
Outros	44,101	7,900
<b>Outros tributos a recolher</b>	<b>632,077</b>	<b>316,264</b>
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	136	3
Conta de desenvolvimento energético - CDE	21	7
Outros	18	1
<b>Encargos setoriais</b>	<b>622,395</b>	<b>316,439</b>
<b>Total outros tributos e encargos setoriais a recolher</b>	<b>12,222</b>	<b>12,222</b>

Contempla outros tributos indiretos diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e imediatamente reconhecidos no ativo de contrato decorrentes de regime de gross-up. O período de transição ocorrerá entre 2026 e 2032, com efeitos práticos a partir de 2027. Com a substituição do PIS e da COFINS pelo CBS a Companhia passou a classificar o saldo diferido de longo prazo como outros tributos indiretos diferidos até que haja definição da alíquota efetiva da RPS, bem como do entendimento da ANEEL sobre eventuais impactos decorrentes desse tema sobre a CBS. Somente após essa definição será possível avaliar o impacto no fluxo de caixa reconhecido no ativo de contrato decorrente do regime de gross-up da re-estruturadora. A Companhia está monitorando continuamente os desdobramentos da Reforma Tributária e avaliando seus potenciais impactos, inclusive no que se refere à conformidade regulatória, riscos associados e à aplicação das novas regras durante o período de coexistência dos sistemas tributários. Adicionalmente, a Companhia concluiu a adaptação de seus sistemas e iniciou a emissão de notas fiscais contendo os valores estatísticos de CBS e IBS, conforme previsto na legislação vigente, reforçando seu compromisso com a adequação tempestiva às exigências legais.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	27,285	185
Cartão de crédito em nome da Companhia (CDB)	19,292	18
Fundos de investimento	2,022	67,068
<b>Total</b>	<b>27,599</b>	<b>139,982</b>

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é de 99,88% (99,90% em 31 de dezembro de 2024) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2025	2024
<b>Carteira</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Fundos exclusivos</b>	<b>1.994</b>	<b>67.068</b>
Operações compromissadas	28	-
CDB	2,022	67,068

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os ativos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, existindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025	2024
<b>Perdas de créditos a receber</b>	<b>20,987</b>	<b>20,987</b>
<b>Contas a receber, líquidas</b>	<b>20,987</b>	<b>20,987</b>
<b>Total</b>	<b>20,987</b>	<b>20,987</b>

O aging do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2025	2024
<b>Receivável</b>	<b>20,987</b>	<b>20,987</b>
<b>Perdas de créditos esperadas</b>	<b>(97)</b>	<b>(97)</b>
<b>Total</b>	<b>20,987</b>	<b>20,987</b>

**9.1 Variação das perdas de crédito esperadas - PCE**

	2025	2024
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>(18)</b>	<b>(18)</b>
<b>Adições</b>	<b>(79)</b>	<b>(18)</b>
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(97)</b>	<b>(18)</b>

**9.2 Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material:** O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 18.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de crédito esperadas. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber em montante considerado suficiente para Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de curto prazo utilizando matriz de perda baseada em histórico de inadimplência, ajustada por informações atuais e projeções futuras, quando aplicável. Essa abordagem considera as características específicas de cada linha de negócio. A Companhia não apresenta histórico de inadimplência relevante e, portanto, a matriz considera percentuais crescentes de provisão, podendo chegar a 100% para atrasos superiores a 12 meses. Mecanismos da ONS mitigam o risco de crédito, tornando as perdas irrelevantes.

10. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção do contrato pelo advento do término do prazo contratual ou outras hipóteses contratuais, a concessionária operará-se à reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam movimentação:

	2025	2024
<b>Saldo do ativo contratual</b>	<b>6.335.511</b>	<b>3.333.616</b>
Circulante	449.338	154.332
Não circulante	5.886.173	3.179.284

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2025	2024
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>3.333.616</b>	<b>269.054</b>
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(49,647)	(1156)
Remuneração do ativo contratual	445,471	123,406
Adições e mensuração do ativo contratual	2.606,072	2.942,312
<b>Total</b>	<b>6.335.511</b>	<b>3.333.616</b>

Durante o exercício de 2025 a Companhia efetuou adiantamentos a fornecedores no montante R\$ 338.488 (R\$ 338.503 em 2024), que serão utilizados na construção das linhas de transmissão. O fluxo de caixa esperado de amortização do ativo de contrato ocorrerá da seguinte forma:

	2025	2024
<b>Saldo do ativo contratual</b>	<b>6.335.511</b>	<b>3.333.616</b>
Ativo de contrato	2.606,072	2.942,312
Entre 2031 a 2035	3.729,439	3.729,439
Entre 2036 a 2040	10,615,918	10,615,918
2041 em diante	18,961,505	18,961,505

**10.1 Política contábil material e julgamentos críticos: (a) Política contábil material:** O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e melhorar, e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe um fluxo de caixa denominado Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente ao passivo do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a conta a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são garantidos pelo ONS com fornecimento de energia elétrica aos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. **(b) Estimativas e julgamentos críticos:** Para mensuração do ativo de contratual a Companhia estima os fluxos de caixa futuros em bases nominais no início da concessão. Sendo as principais premissas: (i) o componente de inflação a ser adicionado ao fluxo de caixa da concessão, e (ii) a taxa de desconto que reflete o componente de risco de crédito original em conta bancária concorrente de investimento, a depender substancialmente da natureza do produto ou serviço adquirido. **(c) Estimativas e julgamentos críticos:** Para determinar se houve alteração substancial nas características qualitativas a Companhia avalia, principalmente, eventuais modificações nas garantias contratuais e/ou inclusão de cláusulas de default usualmente observadas em contratos de dívidas. No tocante as características quantitativas a Companhia avalia se houve modificação do prazo de pagamento superior a três (3) vezes o prazo usual negociado para fornecedores da mesma categoria e se houve alteração maior do que 10% no valor justo do passivo em relação às condições originais.

11. FORNECEDORES, CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2025	2024
<b>Forneceores e serviços<sup>1)</sup></b>	<b>231,656</b>	<b>182,076</b>
<b>Total</b>	<b>231,656</b>	<b>182,076</b>

(1) Inclui o programa Antecipa Fácil e Contratos de Convênio. **Operações de desconto de títulos ou Risco Sacado:** Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento. Os valores da RAP são garantidos pelo ONS com fornecimento de energia elétrica aos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. **(b) Estimativas e julgamentos críticos:** Para mensuração do ativo de contratual a Companhia estima os fluxos de caixa futuros em bases nominais no início da concessão. Sendo as principais premissas: (i) o componente de inflação a ser adicionado ao fluxo de caixa da concessão, e (ii) a taxa de desconto que reflete o componente de risco de crédito original em conta bancária concorrente de investimento, a depender substancialmente da natureza do produto ou serviço adquirido. **(c) Estimativas e julgamentos críticos:** Para determinar se houve alteração substancial nas características qualitativas a Companhia avalia, principalmente, eventuais modificações nas garantias contratuais e/ou inclusão de cláusulas de default usualmente observadas em contratos de dívidas. No tocante as características quantitativas a Companhia avalia se houve modificação do prazo de pagamento superior a três (3) vezes o prazo usual negociado para fornecedores da mesma categoria e se houve alteração maior do que 10% no valor justo do passivo em relação às condições originais.

	2025	2024
<b>Plataforma Antecipa Fácil</b>	<b>242,179</b>	<b>142,179</b>
Contrato de convênio	74,850	74,850
<b>Total desembolsado</b>	<b>74,850</b>	<b>142,179</b>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	74,850	142,179

**Total**

	2025	2024
<b>Circulante</b>	<b>74,177</b>	<b>74,850</b>
Prazo médio de pagamento	68 dias	39 dias

**11.1 Política contábil material e julgamentos críticos: (a) Política contábil material:** Os fornecedores, contas a pagar a empreiteiro e obrigações a pagar de contratos de convênio são passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 18.4). A Companhia avalia se cessão dos títulos altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o credor original. Se a cessão altera substancialmente as características qualitativas e quantitativas do passivo financeiro original (Fornecedores e contas a pagar a empreiteiro), a Companhia reconhece um novo passivo financeiro (Fornecedores e financiamentos), e reconhece eventual ganho/perda no resultado do exercício. Se o passivo original não foi substancialmente modificado e a contraparte recebedora do pagamento foi alterado, a Companhia reconhece um novo passivo financeiro (Obrigações a pagar de contratos de convênio). As cessões dos títulos que não alteram substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor são classificadas na demonstração do fluxo de caixa como atividades operacionais e de investimento, a depender substancialmente da natureza do produto ou serviço adquirido. **(b) Estimativas e julgamentos críticos:** Para determinar se houve alteração substancial nas características qualitativas a Companhia avalia, principalmente, eventuais modificações nas garantias contratuais e/ou inclusão de cláusulas de default usualmente observadas em contratos de dívidas. No tocante as características quantitativas a Companhia avalia se houve modificação do prazo de pagamento superior a três (3) vezes o prazo usual negociado para fornecedores da mesma categoria e se houve alteração maior do que 10% no valor justo do passivo em relação às condições originais.

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	2025	2024
<b>Dívida líquida:</b>	<b>2.817,066</b>	<b>2.142,569</b>
Empréstimos bancários	310,813	310,813
Agências de fomento	106,363	106,363
Mercado de capitais	2.808,802	2.143,739
Instrumentos financeiros derivativos	8,264	(1,707)
Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(227,599)	(139,982)
Títulos e valores mobiliários	(6,175)	(2,002,587)

NEOENERGIA ALTO PARANAÍBA TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

tos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2025			2024		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	225.577	-	2.022	72.914	-	67.068
Títulos e valores mobiliários	6.175	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes e outros	20.987	-	-	1.048	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	1.170	-	-
Outros ativos financeiros	393	-	-	(255)	-	-
	<b>253.132</b>	<b>-</b>	<b>2.022</b>	<b>73.707</b>	<b>1.170</b>	<b>67.068</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	231.636	-	-	182.076	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.808.802	-	-	2.143.739	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	8.264	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	82.849	-	-	17.031	-	-
	<b>3.123.287</b>	<b>8.264</b>	<b>-</b>	<b>2.342.846</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

CA - Custo amortizado; VJORA - Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; VJR - Valor justo por meio do resultado.

**18.2 Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.7 (análise de sensibilidade). **18.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR ou VJORA):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2025		2024	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.022	2.022	67.068	67.068
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.170	1.170
	<b>2.022</b>	<b>2.022</b>	<b>68.238</b>	<b>68.238</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	8.264	8.264	-	-
	<b>8.264</b>	<b>8.264</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **18.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (CA):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2025		2024	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	2.808.802	2.665.404	2.143.739	1.921.051

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **18.5 Política contábil material:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA es-

tão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. **(ii) Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos de transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o exercício em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **18.6 Métodos e técnicas de avaliação: (i) Empréstimos e financiamentos:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente. As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensuradas com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livres de risco provenientes de fonte de mercado (B3) e do spread de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de rating. O spread de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que refletem corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ou no portal da *Bloomberg*. O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis. **18.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, o Grupo contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, o Grupo assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes. Os programas abaixo são designados para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
<b>Swap US\$ pré vs R\$ pós</b>					
Ativo	US\$ 56.595	-	2026	305.175	-
Passivo	R\$ 312.709	-		(313.439)	-
<b>Exposição líquida</b>				<b>(8.264)</b>	
<b>Programa de hedge para desembolsos em Euro:</b> Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. Este programa é designado para contabilidade de <i>hedge</i> e classificado como <i>hedge</i> de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:					
	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
<b>NDF</b>					
<b>Desembolso EUR</b>					
Termo	-	€ 29	2024-2025	-	1.170
<b>Exposição líquida</b>					<b>1.170</b>

**18.8 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 61 dias úteis (ou 90 dias corridos) a partir 31 de dezembro de 2025. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocial)		Impacto Cenário	
				Atual	Provável	(II)	(III)
Dívida em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,5024	(310.813)	(316.858)	(47.529)	(95.058)
Swap Ponta Ativa em Dólar				305.175	311.102	46.666	93.332
<b>Exposição Líquida</b>				<b>(5.638)</b>	<b>(5.749)</b>	<b>(863)</b>	<b>(1.726)</b>

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Risco	Taxa exerci-cio	Exposição (Saldo/ Nocial)		Impacto Cenário	
				Atual	Provável	(II)	(III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,90%	206.489	7.086	(1.018)	(2.052)
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	14,90%	(313.439)	(47.347)	(7.102)	(14.204)
Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	4,46%	(2.583.343)	(270.014)	(15.748)	(31.496)
Mútos em CDI	CDI	Alta do CDI	14,90%	(32.269)	(5.193)	(779)	(1.558)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA		
Renato de Almeida Rocha <b>Diretor</b>	Marcelo José Cavalcanti Lopes <b>Diretor Presidente</b>	Luciana Maximino Maia <b>Diretora de Contabilidade</b>
CONTADORA		
Rachel Alves Pascale CRC-RJ-Nº 115915/O-3		

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Neoenergia Alto Paranaíba Transmissão de Energia Elétrica S.A., CNPJ/MF nº 28.438.777/0001-51, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Sala N, CEP 13.053-024, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; e (II) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia, alusivas ao exercício social findo em 31.12.2025. Campinas (SP), 04 de março de 2026.

Marcelo José Cavalcanti Lopes - **Diretor Presidente**  
Renato de Almeida Rocha - **Diretor**  
Luciana Maximino Maia - **Diretora**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Neoenergia Alto Paranaíba Transmissão de Energia S.A. - Campinas - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Alto Paranaíba Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Neoenergia Alto Paranaíba Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de

forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as *IFRS Accounting Standards*, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente e em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior

do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 4 de março de 2026

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos  
Contador  
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 27/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/27/NEOALTOPARANAIBA1588433127032026.pdf>  
Hash: 177457824173d0610f99a04c74922ab0a1fc2409d6